NA ROTA DO TRÁFICO: OS ELOS DA ELITE PERNAMBUCANA DO SÉCULO XIX NO COMÉRCIO ILEGAL DE ESCRAVIZADOS

Brenda Olímpia Santana de Souza[1]
Prof. Dr. Paulo Henrique Fontes Cadena[2]

RESUMO: A elite político-econômica no século XIX é, por diversas vezes, lembrada apenas por seus feitos, títulos e posses. Para além da narrativa construída por alguns livros –didáticos ou não –e do senso comum, é possível perceber o envolvimento destes homens e mulheres em crimes terríveis como o infame tráfico de escravizados, mesmo após sua proibição. Nosso trabalho buscou ampliar o conhecimento sobre a rede de traficantes em Pernambuco, estudando-os a partir de inventários post-mortem existentes no Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano (IAHGP). Fizemos uso da noção de rede –um conjunto de relações que põem conexões entre pessoas –para estabelecer os elos existentes entre traficantes da Praça de Pernambuco nos anos de 1820 a 1850, partindo das listas de dívidas passivas e ativas, integrantes dos inventários; percebendo os bens deixados e seus diversificados negócios. Afim de analisar estes nomes, utilizamos a plataforma www.slavevoyages.org -site com informações compiladas por diversos investigadores sobre o tráfico de cativos -e a Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Partindo das amostras dos inventários post-mortem de Bernard Lassere, Visconde de Camaragibe, Visconde de Suassuna, Manoel Gonçalves da Silva, Rita Florência de Lima e Maria da Conceição Francisca de Paula Cavalcanti de Albuquerque (Baronesa da Muribeca). Dentre esses seis inventários, nove nomes revelaram a possibilidade, através dos bancos de dados, de serem traficantes. Além desses rastros, também foi possível estabelecer relações entre Barão de Mercês, Manuel José da Costa, filho do conhecido traficante de escravizados Bento José da Costa, com a Baronesa de Muribeca e o Visconde de Camaragibe; além de conexões entre Bernard Lasserre para com Rita Florência e Francisco Xavier Cavalcanti. E ademais, conexões diretas entre o próprio Bento José da Costa e Suassuna.

PALAVRAS-CHAVE: Tráfico de escravos. Escravidão. Inventários post-mortem.

INTRODUÇÃO

Ao analisarmos a sociedade brasileira do século XIX, nos voltando para a ações ilegais, descobriremos uma diversidade de infrações coletivas e individuais.

[1] Graduanda em História da Universidade Católica de Pernambuco. Bolsista do PIBIC-UNICAP/FASA. E-mail: brendaolimpia@hotmail.com

[2] Professor do Curso de História e do PPGH da Universidade Católica de Pernambuco. Email: paulo.cadena@unicap.br

Recentemente, uma delas vem ganhando novas e relevantes perspectivas: o tráfico ilegal de africanos. Se pode perceber no trabalho de Eltis e Richardson, um quantitativo expressivo no número de cativos levados para as Américas após sua proibição (ELTIS; RICHARDSON, 2010, pp. 204-278). Mesmo depois de 1831, quando se torna uma contravenção, como se conseguiu manter esse infame comércio humano? A resposta pode ser encontrada quando observamos o poder político e financeiro do período, responsável por sustentar o tráfico mesmo em sua ilegalidade. Não demanda grande esforço perceber a relevância de Pernambuco nessa situação: segundo Marcus de Carvalho (2010), ocupa o terceiro lugar de região com maior fluxo de tráfico negreiro, em conjunto ao Rio de Janeiro e Bahia. Buscamos entender os mecanismos desses sujeitos dentro e fora Pernambuco, onde Marcus de Carvalho vem desenvolvendo ao longo dos anos um trabalho que se destaca e foi fundamental nesta pesquisa, como podemos ver em seu livro "Liberdade: Rotinas e Rupturas do Escravismo no Recife, 1822-1850", artigos e afins, que já abordam alguns dos agentes envolvidos nessa prática.

Há um pensamento que permeia a sociedade de forma geral que tem a história desses cativos e de seus algozes como pronta, no entanto existem numerosas documentações em que o historiador ainda poderia se debruçar, como é o caso de uma variedade de inventários, como os armazenados no Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano (IAHGP), digitalizados e pouco ou nunca estudados na perspectiva apresentada, por exemplo. Esta documentação nos permite perceber múltiplos aspectos da vida das pessoas – incluindo traficantes de cativos que ainda estão nas sombras por eles mesmos, tantas vezes, projetadas.

Neste trabalho tentamos ampliar essa narrativa, tirando da escuridão os nomes de alguns traficantes de escravizados e seus elos, inclusive e principalmente políticos pernambucanos que estavam integrados às redes dos traficantes de escravizados entre os anos de 1820 e 1850, ajudando a perceber quem eram esses homens, o que tinham e encontrar outros a partir dos rastros apontados para uma possível aproximação de confirmação do seu envolvimento com o tráfico, em busca de obtermos uma melhor compreensão dos mecanismo utilizados a partir deles.

1 O TRÁFICO DE ESCRAVIZADOS NOS INVENTÁRIOS POST-MORTEM

Buscamos, neste trabalho, estabelecer relações entre os traficantes de escravizados que atuaram em Pernambuco de 1820-1850. Para isso, utilizaremos no decorrer da investigação a noção de rede – segundo Imizcoz e Oliveri Korta (2010). Para eles, a rede é basicamente um conjunto de relações que estabelece conexão entre as pessoas. Assim, quando o nome de um comerciante de gente é revelado no rol de listas de dívidas ativas ou passivas no inventário de um determinado sujeito; ou como sócio em uma embarcação, sabemos que, ao menos, uma interação havia entre aqueles homens. Os inventários são documentos da morte; no entanto, revelam fragmentos das vidas dos sujeitos: quem eram, o que faziam, seus bens, interações, amizades, cargas comerciais, embarcações, engenhos, pontos fundamentais a serem analisados. E, claro: algumas brigas por herança. Júnia Furtado apresentou esse tipo de documento sendo um "testemunho da vida" (2009, p. 93). Devemos sempre lembrar que ele é um processo judicial, precisando ser conhecido em suas partes e determinações. Era regulado até o início do século XX, no Brasil, pelo Código Filipino ou Ordenações Filipinas – escrito no século XVII.

A pesquisa se desenvolveu através dos inventários post mortem disponibilizados – digitalizados – pelo Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano (IAHGP). Se fez necessário ater-se a quaisquer possíveis indícios encontrados, além das dúvidas, poderiam ser vestígios importantes engenhos na beira-mar, forte indicativo de porto clandestino para desembarque de gente vinda das diversas partes da África a ser vendida aqui, ilegalmente; sem contar embarcações, isto sem contar as dúvidas, algumas que aparecem arroladas na década de 1880, tiveram início na década de 1810, passando de pai para filho as interações comerciais e financeiras. Procuramos perceber as interações das redes comerciais ilegais de gente de maneira ampla, encontrando sociedades, dívidas em viagens e engenhos de praia. Para analisarmos os nomes, acompanhando suas trajetórias, identificando os traficantes, utilizando a plataforma www.slavevoyages.org: site alimentado por informações pesquisadas por diversos investigadores sobre o tráfico de cativos.

A partir da compreensão de Ginzburg (1989), entendemos que através do nome – esse item pessoal – podemos rastrear essas redes. Nesse processo, algumas pessoas não são identificadas no slave voyages. Assim, partimos para uma nova tentativa: a Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Buscando pelos nomes, podemos perceber indícios de carregamentos de gente. Algumas entradas de navios "em lastro" ou "vazios" podem ser percebidos, como já indicara Carvalho (2010), como procedentes de tráfico.

2 A ELITE NO COMÉRCIO DE CATIVOS

A estudo do tráfico no período em que era ilegal é árduo e trabalhoso, o problema se dá por motivos óbvios, está na essência do processo de investigação: o tráfico de escravizados é um crime. Fazendo parte dessa categoria jurídica, os próprios executantes em questão, cientes da sua infração, tomavam o máximo de cuidado para que não fosse possível o rastreamento. Analisamos cerca de seis inventários, começando pelo Manoel Gonçalves da Silva (IAHGP, Inventário de Manoel Gonçalves da Silva, 1862), um dos homens mais ricos de Pernambuco. Em seu inventário, possuía o exorbitante patrimônio líquido de 1.012: 065 # 287 (mil e doze contos, sessenta e cinco mil, duzentos e oitenta e sete réis). Além de muito dinheiro, cerca de três embarcações: Santa Maria Boa Sorte, Recife e Brigue Alegrette. Dono de lojas, exportava, detinha ações em lugares como a Companhia Beberibe e o Cais do Apolo, além de uma quantidade absurda de imóveis, sobrados e casas. Mesmo com tudo isto, seu montante de dinheiro é incomum para pessoas do mesmo nível, surpreende e se sobrepõem a de muitos traficantes já conhecidos pelos historiadores. Por fim, possuía elos diretos com a família do Marquês de Olinda – Pedro Araújo Lima – tendo uma das suas filhas casado com o filho adotivo do mesmo político pernambucano. Era alinhado aos mais diversos senhores de engenho da região de Sirinhaém, local reconhecido pela historiografia como de importância para os desembarques ilegais. Mesmo tendo sido mostrado no apanhado geral um valor enorme no rol de dívidas a lhe serem pagas, valor este que deixa muito a se suspeitar; um grande mistério envolve sua documentação: a lista detalhada de dívidas que seus genros nunca viram e sua viúva ocultou até o fim, gerando diversos desentendimentos.

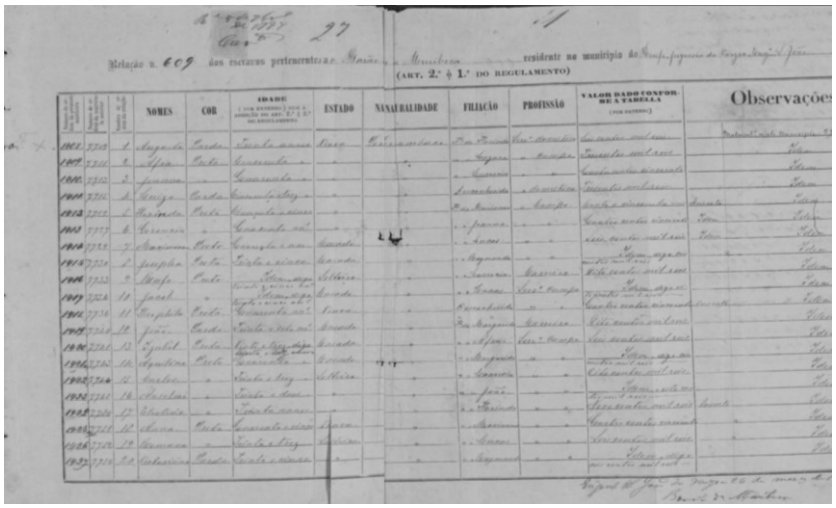
Posteriormente, analisamos o inventário de Rita Florência de Lima (IAHGP, Inventário de Rita Florência, 1836), nele tivemos acesso a uma longa lista de dividas, onde foi possível observar o nome de dois traficantes: Antônio de Carvalho Siqueira e Domingos Costa. Ambos foram achados no banco de dados do Slave Voyage, donos de embarcações. Irmã de Araújo Lima – Marquês de Olinda –, Florência era casada com José Gonçalves Pereira, que de acordo com Cadena (2013) estava envolvido no tráfico de escravizados entre Pernambuco, Rio de Janeiro, Portugal e África. Além disso, é importante compreender que os Cavalcantis (que aparecerão posteriormente) também possuíam relações com o já mencionando Marquês.

Outro indivíduo investigado foi Bernard Lessare, (IAHGP, Inventário de Bernard Lasserre, 1850), marido de Cândida Senhorinha Vieira Lasserre, um intrigante elo entre alguns nomes – sendo encontrado na lista de dívidas de Rita Florência, –, era detentor de um patrimônio líquido de 166:684#106, sobrado, um sítio, 6 casas e um terreno no Capunga. Não tinha uma lista detalhada de escravos, seus nomes ou quantidade, apenas a informação de que estavam avaliados em 7:020#000 (sete contos e vinte mil reis). Era detentor de uma extensa lista de dívidas, contabilizando cerca de 50 nomes, dentre eles, 4 traficantes: Antônio José da Costa, Antônio Joaquim dos Santos, Manoel José dos Santos e Antônio Alves Ferreira.

A quarto inventário estudado foi o de Maria da Conceição Francisca de Paula Cavalcanti de Albuquerque (IAHGP, Inventário de Maria da Conceição Francisca de Paula Cavalcanti de Albuquerque, 1887), irmã de Francisco de Rego Barros, o conde da Boa Vista, era mulher do rico comerciante e político pernambucano Manuel Francisco de Paula Cavalcanti, Barão de Muribeca. O documento indica uma considerável fortuna a qual a família detinha posse, no valor de 336:325–496 (trezentos e trinta e seis contos trezentos e vinte cinco mil e quatrocentos e noventa e seis reis), além de uma pluralidade de terras bem como o Engenho São João, lugar que o inventário apresenta como sendo a moradia do marido da falecida; Engenho Curado, Engenho Massiape, Engenho Ilha – que, inclusive, demandou certo esforço para que se provasse como sendo parte de seus bens, e o Engenho Suassuna. Estava incluso nos seus bens de raiz pedaços em outros engenhos, sendo estes: Engenho São Cosme, Engenho São Marinho, Engenho

Bartholomeo, Engenho Brum e Engenho São Paulo. O inventário detém de uma listagem bastante detalhada sobre os escravos de posse dos mesmos, contendo a impressionante numeração de 192 escravos.

FIGURA 1- Lista de Escravizados de Maria da Conceição.



Fonte: IAHGP, Inventário de Maria da Conceição Francisca de Paula Cavalcanti de Albuquerque, 1887

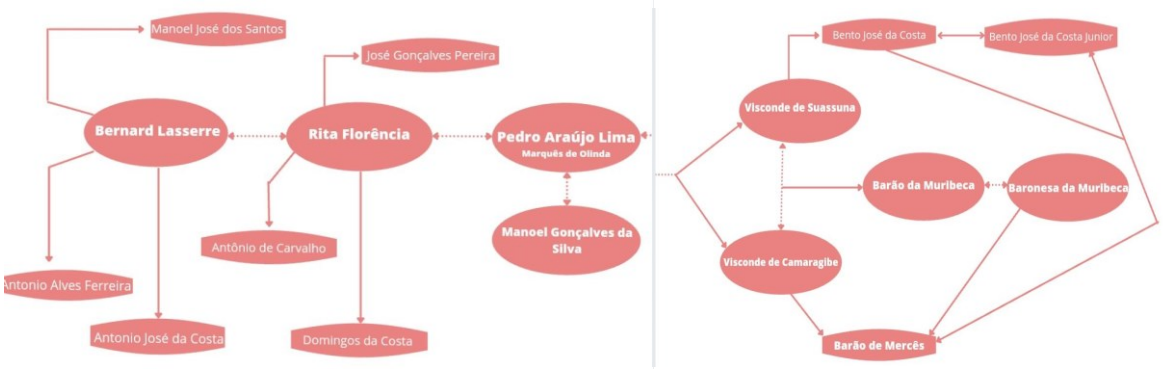
A sua lista de dívidas é composta por 26 nomes, incluindo dois Barões. O primeiro é Antônio dos Santos Pontual, Barão de Frexeiras, sendo possível encontrar outras pessoas de sua família na mesma lista, alguns mais de uma vez, além de sua mãe Thereza Pontual. A movimentação, em muito, parece suspeita, apesar de ainda não se poder fazer confirmações. O segundo é o Barão de Mercês, Manuel José da Costa, filho do conhecido traficante de escravizados Bento José da Costa: outra ligação muito suspeita dentro dos registros feitos no inventário de Maria Conceição. Além de ser filho do Bento José da Costa, Manuel foi um "político, agricultor adiantado, comendador da Ordem de Christo e Rosa." Segundo o Diccionario Bibliographico Brazileiro v. VI (Blake, 1900, p. 381-382). Contudo, apenas dois dos 26 nomes encontrados revelaram a possibilidade, através dos rastros e laços, de serem traficantes: Francisco Dias, apontado nas listas de traficantes pelo Slave Voyages, e Joaquim Francisco de Mello Cavalcante, tendo registros que indicam o cruel comércio no Diário de Pernambuco.

O penúltimo investigado foi Pedro Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque – Visconde de Camaragibe (IAHGP, Inventário de Pedro Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque, 1875). No primeiro inventário foi possível identificar uma quantidade significativa de bens de raiz: o Engenho Camaragibe, Engenho Timbi, parte do Engenho Brum e Apipucos, casa de sobrado na rua Imperatriz com três andares n° 37, uma casa de sobrado de dois andares n° 25 rua Marcílio Dias, uma casa de um andar na rua Princesa Imperial n° 23 no Rio de Janeiro, e o domínio direto de um terreno na rua Imperial da cidade do Recife. Além disso, contava com muitos armazéns, sendo estes localizados no Cais de Ramos n°2/6/8/10/12, Cais de Capibaribe, metade dos armazéns do cais do número dois da Travessa do Carioca, e dos armazéns números 15,17, 19, 21, 23, 25, e 27 da rua Pedro Affonso. Estavam inclusos em suas posses ações no Banco do Brasil, Companhia Pernambucana e Companhia de Seguros Phennix Pernambucana, ainda uma lista de 18 páginas com nome de escravizados. Na lista de dívidas, entre alguns nomes, podemos ver o do Barão de Tracunhaém e mais uma vez o nome Barão de Mercês, Manoel José da Costa, que se faz presente. Ademais, é relevante lembrar que o Cais de Ramos era um dos maiores receptadores de africanos no período da legalidade, como apontou Aline de Biase (2016). Havia o interesse da família Cavalcanti de Albuquerque no tórrido comércio.

Por último, foi possível identificar no inventário do Visconde de Suassuna Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque (IAHGP, Inventário de Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque, 1880) uma boa quantidade de bens de raiz, que incluíam o palacete de Pombal, além de uma porção de imóveis na Estrada de Pombal e um terreno no mesmo lugar. Palacete no Pateo de São Pedro, parte no Engenho Suassuna na Comarca de Jaboatão, engenho Fortaleza na comarca de Escada e alguns engenhos na comarca de São Lourenço da Matta: engenho Camurim/Camorim, Santa Rita, Pintagueira, Gurgueia e outro chamado Rodisio. Possuía também um sítio em Olho de Boi, parte na ilha Joana Bezerra e a ilha São João. Contudo, a ligação mais importante deste inventário está conexão através de dívida do Visconde com o Bento José da Costa, que seus herdeiros ficam responsáveis por resolver, adicionando mais um Cavalcanti a negócios e dívidas com sua família, no valor de 8:549#216. Assim, é necessário pensarmos que a dívida que

existe no inventário de 1880 (Visconde de Suassuna) perpassa gerações de integrações. A dívida era do pai do Visconde, morto em 1821. Bento José da Costa falece em 1834, em plena ação do tráfico. A herança da dívida, no entanto, mostra a integração sócio-financeira muito comum no império do Brasil: as grandes fortunas sempre estiveram atreladas aos grandes crimes. O irmão do Visconde, Hollanda Cavalcanti, já havia traficado na África, na década de 1820 (CADENA, 2018). Conheceu comerciantes daquele ramo e perseguiu gente para escravizar em toda a África Atlântica. A política e o tráfico forjaram o poder dos "grandes homens" do Brasil.

Figura 2 – Rede de elos encontrados entre traficantes e pessoas da elite político-econômica.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir de tudo que foi visto e pesquisado se pode perceber como as redes sociais da elite político-econômica de Pernambuco estavam ligadas às teias dos traficantes de escravizados, se entrelaçando. Além de ampliar as informações a respeito dos comerciantes de gente, é possível entender um pouco mais da ligação desses indivíduos nas práticas já mencionadas. Estando no foco desse estudo analisar os aspectos sócio-políticos do Pernambuco do século XIX, com o intuito de contribuir para a historiográfica e viabilizar uma reflexão a respeito do tráfico de cativos e seus mecanismos, podendo ter o papel de subsídio na assimilação e compreensão da conjectura e elucidação de algumas partes da história desses traficantes que ainda não são de conhecimento dos historiadores;

se utilizando dos rastros deixados pelos comerciantes de gente já conhecidos, bancos de dados e periódicos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRAFICAS

ALBUQUERQUE, Aline Emanuelle de Biase. **De "Angelo dos retalhos" a Visconde de Loures:** a trajetória de um traficante de escravos (1818 – 1858). Recife: UFPE. Dissertação de Mestrado, 2016.

CADENA, Paulo Henrique Fontes. **Ou há de ser Cavalcanti, Ou há de ser Cavalgado:** trajetórias políticas dos Cavalcanti de Albuquerque (Pernambuco, 1801 – 1844). Recife: UFPE, 2013.

CADENA, Paulo Henrique Fontes. **O Vice-Rei: Pedro de Araújo Lima e a Governança do Brasil no século XIX.** Recife: UFPE, tese de doutorado, 2018.
CAPELA, José. **O tráfico de escravos nos portos de Moçambique.** Porto: Afrontamento, 2002.

CARVALHO, José Murilo de. **A Construção da Ordem/ Teatro de Sombras.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
CARVALHO, Marcus J. M. de. **Liberdade:** rotinas e rupturas do escravismo no Recife, 1822 – 1850. Recife: UFPE, 2010.

CARVALHO, Marcus J. M. de. **Pernambuco e Brasil nas rotas do tráfico atlântico.** in: NOGUEIRA, Antonio Gilberto Ramos; SILVA FILHO, Antonio Luiz Macêdo e. História e Historiografia: Perspectivas e abordagens. Recife: UFPE, 2014, pp. 239 – 262.

CHALHOUB, Sidney. **A força da escravidão:** ilegalidade e costume no Brasil Oitocentista. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

CONRAD, Robert Edgar. Tumbeiros: O tráfico escravista para o brasil. 1. Ed. São Paulo: Brasiliense, 1985.

ELTIS, David; RICHARDSON, David. **Atlas of the Transatlantic Slave Trade.** New Haven/ London: Yale University Press, 2010.

FLORENTINO, Manolo. **Em costas negras.** Uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX). São Paulo: Unesp, 2014.

FURTADO, Junia Ferreira. **A morte como testemunho da vida.** In: PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tania Regina de. **O historiador e suas fontes.** São Paulo: Contexto, 2009.

GINZBURG, Carlo. O nome e o como – Troca desigual e mercado historiográfico. In: GINZBURG, Carlo; CASTELNUOVO, Enrico; PONI, Carlo. **A Micro – História e outros ensaios.** Lisboa: Difel, 1989, pp. 169 – 178.

GOMES, Amanda Barlavento. **A trajetória de vida do Barão de Beberibe, um traficante de escravos no Império do Brasil (1820 – 1855).** Recife: UFPE. Dissertação de mestrado, 2016.

IMIZCOZ, José Maria; OLIVERI KORTA, Oihane. Economía Doméstica y redes sociales: uma propuesta metodológica. In: IMÍZCOZ BEUNZA, José Maria; OLIVERI KORTA, Oihane (eds.). **Economía Doméstica y redes sociales em el Antiguo Régimen**. Madrid: Sílex, 2010.

MAMIGONIAN, Beatriz. **Africanos Livres** – A abolição do tráfico de escravos no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

MARTINS, Maria Fernanda. **Os tempos da mudança:** elites, poder e redes familiares no Brasil, séculos XVIII e XIX. In: FRAGOSO, João Luís Ribeiro; ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de; SAMPAIO, Antonio Carlos Jucá de. **Conquistadores & Negociantes**. História de elites no Antigo Regime nos trópicos. América Lusa, séculos XVI a XVIII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, pp. 403 – 434.

REIS, João José; GOMES, Flávio dos Santos; CARVALHO, Marcus J.M.de. **O Alufá Rufino** – tráfico, escravidão e liberdade no Atlântico Negro (c. 1822 – c. 1853). São Paulo: Companhia das Letras, 2010. VEIGA, Gláucio. O Gabinete Olinda e a política pernambucana. O Desembarque de Sirinhaém. Recife: UFPE, 1977.